

**III Seminário Internacional de Defesa – SEMINDE**

**08 a 10 de Novembro de 2017, Santa Maria, RS**

AT3 – Economia da Defesa, Base Industrial de Defesa e Desenvolvimento de Complexos Industriais de Defesa e Segurança Pública.

**A ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA E A CONTRIBUIÇÃO ACADÊMICA NO  
DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE DEFESA NO BRASIL**

Carlos Antonio Raposo de Vasconcellos

Luiza das Neves Gomes

Escola Superior de Guerra

2017

## **A Escola Superior de Guerra e a contribuição acadêmica no desenvolvimento tecnológico de defesa no Brasil.**

Resumo: O objetivo deste artigo é destacar os potenciais resultados da parceria institucional entre a Escola Superior de Guerra (ESG) e a FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo), relativos à modernização e utilização da Base Industrial de Defesa do país a partir da operacionalização do Curso de Gestão de Recursos de Defesa (CGERD). Com a finalidade de permitir melhor entendimento das demandas e da aplicação de recursos no setor de defesa, a ESG estruturou em 2003 o CGERD. Este curso destinou-se, desde então, a proporcionar conhecimento e oportunidades de debates a civis e a oficiais superiores das Forças Armadas sobre conceitos de Defesa no estado odierno e a respeito dos processos de gestão dos recursos de defesa no âmbito da administração pública e privada. Neste sentido, pretende-se apresentar a estrutura do CGERD a partir da reconstrução de sua trajetória histórica com intuito de evidenciar sua evolução e sua consequente influência nas áreas em questão; com isso, tornar público o projeto educacional da ESG existente na FIESP que tem procurado aproximar as instituições nacionais, públicas e privadas, militares e civis, voltadas para a realização de estudos político-estratégicos e para o desenvolvimento da Base Industrial de Defesa (BID) de nosso País. Considerando a importância da FIESP no parque industrial brasileiro e sua área de abrangência, bem como a posição da ESG na estrutura de defesa do País, a referida parceria pode se tornar um exemplo para ser utilizada por outras Federações congêneres de modo a possibilitar, por consequência, a qualificação cada vez em maior quantidade e qualidade de profissionais dedicados aos temas afetos a Defesa Nacional, particularmente os relacionados à Base Industrial de Defesa, o que, para a sociedade, tende a acontecer com a afirmação do Brasil no Sistema Internacional.

Palavras-chave: Escola Superior de Guerra; Curso de Gestão de Recursos de Defesa; Ensino.

## Introdução

Este artigo visa analisar a contribuição da Escola Superior de Guerra (ESG) no desenvolvimento tecnológico de defesa no Brasil. Sendo assim, nesta parte inicial do trabalho pretende-se discorrer sobre o papel da Escola Superior de Guerra como um centro de difusão de estudos ligados a Defesa e Segurança Nacionais, que propicia a partir da capacitação de civis e militares, um maior envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa. Dessa forma, serão apresentadas as iniciativas que se tem adotado na ESG para o desenvolvimento da institucionalização do campo acadêmico-científico da Defesa no Brasil, que ainda é um universo a ser conquistado no país.

Assim, faz-se necessário tecer ao longo deste artigo os avanços do ensino de defesa no Brasil e verificar a função da ESG dentro deste quadro. Para isso, iremos utilizar como fontes o próprio acervo da ESG e documentos de defesa: Política e a Estratégia Nacionais de Defesa. A exposição destes dados associada ao debate sobre as relações civis-militares trará subsídios para compreender a importância do desenvolvimento do ensino de defesa oferecido pela ESG.

Tendo essa perspectiva de análise, verificar-se-á que os cursos ministrados na ESG, particularmente o Curso de Gestão de Recursos de Defesa (CGERD), foco deste trabalho, são um poderoso vetor de integração e de fortalecimento entre civis e militares que trabalham com a gestão de recursos de defesa no país. O objetivo é tornar de conhecimento público esta iniciativa que tem gerado grandes benefícios para a Base Industrial de Defesa (BID).

ESG: seu passado e sua contribuição para a indústria de defesa

A ESG foi criada no ano de 1949 com o propósito de “desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de direção e para o planejamento da segurança nacional” (BRASIL, 1949). A Escola tem um papel importante no ensino de defesa no Brasil, principalmente porque foi a primeira escola projetada para ser um espaço de debate e sociabilidade entre civis e militares. Como podemos comprovar no Almanaque dos Diplomados da Escola Superior de Guerra, a composição de sua turma inicial, em 1950, do Curso Superior de Guerra (atual Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia – CAEPE) foi composta por 56 militares e 17 civis. Destes, 53 eram Oficiais

Generais e 3 Oficiais Superiores. Dentre os civis havia 7 embaixadores, 6 engenheiros, 2 professores, 1 ministro e 1 estatístico (ESG,1999).

Integrada por docentes e discentes civis e militares, a ESG propõe desde sua criação soluções para problemas nacionais pensadas, principalmente, por meio de “um método de análise e interpretação dos fatores políticos, econômicos, diplomáticos e militares que condicionam o conceito estratégico” (BRASIL, 1949). Além disso, buscou também definir “um conceito amplo e objetivo de segurança nacional que servisse de base à coordenação das ações de todos os órgãos, civis e militares, responsáveis pelo desenvolvimento do potencial e pela segurança do país” (BRASIL, 1949).

Cabe ressaltar que esta Escola surgiu num momento histórico conturbado pela bipolarização ideológica do mundo pós Segunda Guerra no qual o conceito de Segurança Nacional estava em pauta na política de muitos países. No Brasil, Juarez do Nascimento Fernandes Távora, comandante da Escola entre 1952 e 1954, definiu a Segurança Nacional da seguinte forma:

[...] é o grau relativo de garantia que, por meio de ações políticas (internas e externas), econômicas, psicossociais e militares, um Estado proporciona à coletividade que jurisdiciona para a consecução e salvaguarda dos objetivos nacionais, a despeito dos antagonismos existentes (TÁVORA apud ARRUDA, 1983, p.7).

No imediato pós-guerra, os militares estavam temerosos da possibilidade de um conflito mundial e um novo conceito de guerra, a “guerra total”, passou a nortear os estudos sobre segurança nacional. Nesse tipo de guerra, não apenas o poderio bélico deveria ser levado em consideração, mas toda a sociedade deveria estar preparada, pois “a guerra fria é uma guerra permanente, trava-se em todos os planos – militar, político, econômico, psicológico – porém evita o confronto armado. A Segurança Nacional é exatamente uma resposta a este tipo de guerra” (COMBLIN,1980. p.39).

General Osvaldo Cordeiro de Farias, primeiro Comandante da ESG, na palestra sobre organização da Escola, em 1949, discursou sobre a necessidade de se afastar a segurança nacional do puro militarismo e chamava a atenção para a mobilização das “forças civis” e de todos “os recursos econômicos” (FARIAS, 1949).

Neste sentido, devemos destacar que a ideia de uma mobilização permanente já era preconizada pela ESG neste primeiro momento. Juarez Távora, precursor da ESG, afirmava que a preocupação com a segurança nacional deveria ser permanente:

A segurança nacional, diz respeito à totalidade da Nação que precisa, pelos seus dirigentes, pela sua elite, pelos seus homens de negócio e pela sua massa, compreender seu papel permanente no conjunto de esforços de toda a natureza, para que o país possa resolver no caso de um conflito os problemas relativos à sua sobrevivência (TÁVORA, 1954, p.10).

Estas questões sempre permearam os trabalhos da ESG apesar de não conter um curso específico de mobilização nos seus primeiros anos, conferências que abordavam esse tema eram frequentes já nos primeiros anos da década de 1950. Em 1951, Delso Fonseca, chefe da divisão de assuntos nacionais da ESG, realizou uma conferência com o título de Mobilização Industrial e a definiu como o “processo pelo qual se converte a capacidade da indústria do país afeita durante a paz à produção de bens de consumo civil, em produtora de material de guerra, veremos que isto só pode ser realizado à custa do sacrifício daqueles bens de consumo civil” (FONSECA, 1951, p.7)

A importância dessa temática tornou-se tão destacada na ESG que, em 1957, nasceu o Curso de Mobilização Nacional, pelo Decreto nº 40.835 de 24 de janeiro de 1957, assinado pelo Presidente da República Juscelino Kubitschek. Neste mesmo ano aconteceu o primeiro curso de Mobilização Nacional para melhor preparação dos componentes do Corpo Permanente da ESG a fim de que no ano seguinte a escola pudesse preparar e oferecer este curso para militares e civis. As diretrizes da Escola para o ano de 1958 afirmam que a elaboração do currículo deste curso se “baseou em grande parte nas unidades de ensino do Industrial College of the Armed Forces dos Estados Unidos.” (ESG, 1958, p. 11).

Nota-se que a preocupação no desenvolvimento de uma mobilização industrial no que tange às ações estratégicas da indústria de defesa foi marcante dentro da ESG. Porém, estas questões não ficaram restritas à ESG. Trabalhos como o da Luiza Gomes (2016) publicado nos anais da ABED, visou demonstrar que desde a década de 1950 a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP) e a ESG aliaram-se visando um maior entrosamento entre a Indústria Nacional

e as Forças Armadas para o desenvolvimento da indústria bélica brasileira. Diversos debates ocorriam dentro do Fórum Roberto Simonsen<sup>1</sup>, seção cultural do Centro das Indústrias de São Paulo (CIESP) e a Federação das Indústrias de São Paulo (FIESP), sobre este tema.

O ápice dessa aliança foi a criação, em 30 de abril de 1964, do Grupo Permanente de Mobilização Industrial (GPMI). Segundo Silberfeld (1984, p.72) este grupo tinha o propósito de estudar junto com outros órgãos competentes das Forças Armadas a forma de tornar o setor industrial nacional capacitado para produção de armas, munições de guerra, bem como equipamentos de uso militar para atender a eventualidade de uma guerra. Sendo assim, o GPMI possibilitou o surgimento de um parque industrial civil direcionado especificamente para a produção de material bélico e seu objetivo era a montagem de um conjunto de condições que habilitassem as fábricas comuns a produzir material militar em tempo relativamente curto, sempre que necessidades da segurança nacional o demandassem. Silberfeld (1984) apresenta a relação dos atores envolvidos no GPMI. Dos 18 membros fundadores, 9 tinham seu passado ligados à ESG.

A aproximação entre militares e empresários é de longo tempo. Nesse mister, a ESG teve e ainda tem importante papel nesta relação. Projetada para ser um centro de aproximação de civis e militares, a ESG ainda é um ambiente para entrosamento entre altos oficiais das forças militares e empresários de destaque.

### **O papel da ESG no ensino de defesa**

Tendo como método de estudo trabalhos individuais e em grupo, a ESG atualmente ministra um conjunto de cursos de capacitação no Rio de Janeiro, Brasília e São Paulo em áreas específicas como: direito internacional de conflitos armados, inteligência estratégica, diplomacia de defesa, assim como logística e mobilização nacional, além de desenvolver um curso para integrantes das estruturas de defesa de todos os países da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), em parceria com a Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE) (ESG,

---

<sup>1</sup> Este Fórum foi criado em 1948 e de acordo com o artigo 1º de seu regulamento, era um órgão cultural de debates dos problemas sociais, econômicos, financeiros e técnicos da indústria brasileira em geral e da indústria paulista em particular (FORUM ROBERTO SIMONSEN, 1959, p.2).

2017c). Neste escopo, também oferece nítida capacitação para a gestão de recursos de defesa, particularmente, com o CGERD.

Até 1999 a Escola tinha subordinação direta ao então Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas (CEMFA), órgão de assessoramento do Presidente da República criado em 1948. A partir de 1999 ficou subordinada ao Ministro da Defesa.

A ESG já formou mais de 9.000 civis e militares para o exercício de funções de direção e assessoramento no alto nível na administração pública e, também, para exercerem atividades: nos estados-maiores conjuntos; em cargos afetos à inteligência estratégica na administração pública; na gerência executiva da logística e mobilização nacional; na gestão de recursos de defesa no âmbito das administrações pública e privada; nas operações de combate quanto à aplicação das normas internacionais relativas aos conflitos armados.

A ESG possui como missão, prevista no Plano Estratégico:

[...] desenvolver atividades acadêmicas que permitam compreender as realidades nacionais e internacionais, visando preparar civis e militares para o desempenho de funções de direção e assessoramento de alto nível, no campo da Defesa Nacional, incluindo o que concerne à Segurança e ao Desenvolvimento (ESG, 2015, p12).

Nos últimos anos, a ESG tem angariado esforços de pesquisa com a finalidade de gerar conhecimento na área de defesa. Neste sentido, produz periódicos científicos, artigos de opinião, estudos estratégicos e realiza acompanhamento das conjunturas nacional e internacional.

A Escola vem se moldando à realidade nacional e tem procurado incrementar uma mentalidade de pesquisa voltada para os assuntos de defesa e segurança nacional, seguindo assim seu Plano Estratégico Organizacional (2016-2019), que em sua Diretriz Geral nº 7, aponta que a ESG deverá contribuir para o engajamento da sociedade e de instituições brasileiras nos assuntos de defesa (ESG, 2015, p.24).

Sendo assim, a ESG tem angariado esforços de pesquisa com a finalidade de gerar conhecimento, ainda maior, na área de defesa.

O ano de 2015 foi um marco para Escola Superior de Guerra, pois além de seus cursos terem recebido equivalência à pós-graduação lato sensu, conforme Portaria Normativa Interministerial nº 1, de 26 de agosto de 2015,

também foram criados dois laboratórios de pesquisa: o Laboratório de Estudos de Sociedade e Defesa (LABSDEF) e o Laboratório de Segurança Internacional e Defesa Nacional (LABSDEN). Esses laboratórios reúnem pesquisadores civis e militares, oriundos da própria Escola e de outras instituições de ensino como a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e UFF (Universidade Federal Fluminense). Como resultado, o LABSDEF já produziu seu primeiro livro: “Excursos Contemporâneos: abordagem de temas pertinentes à sociedade e sua defesa<sup>2</sup>”.

Outra conquista recente da ESG foi a implementação do Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa (PPGSID)<sup>3</sup> que tem como propósito preparar recursos humanos, civis e militares, nos Estudos de Segurança Internacional e Defesa, capacitando-os tanto para atuar como para produzir conhecimentos e pesquisas na área, fundamentado em conhecimento eminentemente interdisciplinar, tanto teórico quanto aplicado. A intenção é formar pesquisadores capazes de compreender, analisar e contribuir com o Ministério da Defesa (MD) e com os demais órgãos responsáveis pela formulação de políticas relacionadas com a Defesa, além do setor empresarial envolvido na Base Logística de Defesa.

Dessa forma, a ESG tem ido ao encontro do previsto no parecer de maio de 2017 do Conselho Nacional de Educação homologado pelo ministro da Educação, Mendonça Filho, que prevê a inclusão da Defesa como área de conhecimento no roldas ciências estudadas no Brasil. Com isso, haverá a possibilidade de se ter uma maior oferta de programas stricto sensu na área de defesa nacional. É o que ESG está buscando neste ano, de 2017, com a intenção de oferecer um curso stricto sensu pelo Programa de Pós-Graduação em Segurança Internacional e Defesa.

Assim, a ESG tem mostrado estar em consonância com os documentos de defesa. Na formulação das END 2008 (p. 39) e 2012 (p. 42) previu-se como

---

<sup>2</sup> Segundo o Coordenador do LABSDEF, Jorge Calvário dos Santos, este livro objetiva oferecer aos Programas de Pós Graduação e estudiosos uma coletânea com vários temas que direta ou indiretamente permeiam a área de sociedade e defesa. (SANTOS, 2016, p.14).

<sup>3</sup> O Curso possui uma carga horária mínima de 585 horas presenciais (39 créditos) e duração de dois anos letivos (ESG, 2017a).



interesse estratégico do Estado a formação de especialistas civis em assuntos de defesa e aponta que para isso a ESG: “deve servir como um dos principais instrumentos de tal formação. Deve, também, organizar o debate permanente, entre as lideranças civis e militares, a respeito dos problemas da defesa”.

A END 2016, que ainda precisa de aprovação formal do Congresso Nacional, menciona a ESG em seu Objetivo Nacional de Defesa (OND-8), a necessidade de “ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de defesa nacional”. Neste OND-8, apresenta a Estratégia de Defesa (ED-17): “a promoção da temática de defesa na educação”. E traz, por consequência, a Ação Estratégica de Defesa (AED-79):

Consolidar a Escola Superior de Guerra como uma instituição nacional acadêmica, nos campos do ensino, da pesquisa e da formação de recursos humanos sobre pensamento de defesa, bem como o Instituto Pandiá Calógeras como instituição de estudos de Defesa, dedicada à promoção da participação acadêmica e social.

O que nos leva a concluir que a ESG vem se aproximando cada vez mais próxima dos ditames previstos nos documentos de Defesa.

### **Curso de Gestão de Recursos de Defesa (CGERD)**

O CGERD, iniciado em 2003, tem um enfoque multi e interdisciplinar. É voltado para assuntos da atualidade relacionados com a Base industrial de Defesa (BID) e a gestão de recursos de defesa. O curso tem o intuito de atender setores específicos da administração pública e privada ligados à área.

A proposta para a criação do CGERD foi fruto do amadurecimento de um processo iniciado em 2002 quando a coordenação da Secretaria de Organização de Recursos Institucionais (SEORI) do Ministério da Defesa (MD), realizou um curso especial de Planejamento Estratégico com a participação da Escola Superior de Guerra (ESG), da Universidade Nacional de Brasília (UNB) e da Universidade de Defesa dos Estados Unidos da América (ESG, 2017b).

Na ocasião, a ESG apresentou seus conceitos doutrinários e o seu Método para o Planejamento Estratégico que, por suas peculiaridades, despertou o interesse do MD, que visualizava à época, a possibilidade de preencher uma lacuna decorrente da necessidade em se estabelecer um fórum

apropriado para o debate de temas de interesse do setor de defesa, que envolvesse diferentes seguimentos da sociedade brasileira.

Desta forma, o MD solicitou à ESG a organização de um curso que tivesse a finalidade de permitir melhor entendimento das demandas e da aplicação de recursos no setor de defesa. Sendo assim, durante o comando do Major Brigadeiro do Ar Paulo Jorge Botelho Sarmento, em seis de outubro de 2003, foi realizada em Brasília a aula inaugural da primeira Turma do CGERD, caracterizando a implantação formal do curso. Seu diretor foi o economista Gustavo Alberto Trompowsky Heck, atual presidente da Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) e atuante professor da ESG.

Nos três primeiros anos, o curso foi realizado somente em Brasília nas instalações do Ministério da defesa. Em 2006, Paulo Antônio Skaf, presidente da FIESP, reconhecendo a importância de uma sólida base industrial, logística, científica e tecnológica de defesa para do país, tronou possível a realização da uma parceria entre a ESG e a FIESP. Um termo de cooperação junto ao COMDEFESA<sup>4</sup> com intuito de contribuir para o aperfeiçoamento e para a evolução político-estratégico brasileira, o que possibilitou a ida do CGERD dentro das instalações da FIESP.

Este termo de cooperação prevê a elaboração de estudos industriais, logísticos e técnico-científico, políticos e estratégicos; além de atividades conjuntas tais como: seminários, palestras e debates sobre temas correlatos (PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO, 2006, p. 2). Esta parceria está em vigor e a FIESP continua oferecendo o CGERD para a sociedade.

A ESG estruturou o referido Curso, nos dois primeiros anos – 2003 e 2004 -, abordando: a Evolução dos conceitos históricos; a globalização e as novas perspectivas para o século XXI; Fundamentos teóricos do Planejamento e Gestão estratégica; Políticas públicas na área de defesa; Finanças públicas e

---

<sup>4</sup> A sigla COMDEFESA advém do nome inicial “Comitê de Cadeia Produtiva da Indústria de Defesa” criado na FIESP. O nome “comitê” foi trocado, mas a sigla permaneceu. Informação verbal da Gerente do ComDefesa da FIESP, Maura Curci. A área tem como tarefa conhecer o setor de Defesa em detalhes para propor projetos, elaborar análises e informes, articular parcerias estratégicas e acompanhar as ações do governo junto ao Congresso Nacional e ministérios. Disponível em: <[http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/3404/COMDEFESA-e-o-melhor-Ataque-/  
/](http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/3404/COMDEFESA-e-o-melhor-Ataque-/)>. Acesso em: 20 out. 2017

orçamento; e Política de recursos humanos na área de defesa (ESG,2003, p.1). Após reformulações e adequações necessárias, atualmente, o curso abrange os seguintes campos do conhecimento: Poder Nacional, Relações Internacionais, Gestão de Recursos de Defesa; Desenvolvimento Nacional e Indústrias de Defesa (ESG, 2017a, p.1).

A disciplina Conceitos Básicos e Poder Nacional trata dos seguintes conceitos: Objetivos Nacionais, Poder Nacional, Política Nacional, Estratégia Nacional e princípios de planejamento estratégico.

No que tange às Relações Internacionais abordam-se estudos sobre segurança e conflitos no século XXI e Política externa brasileira na área comercial de defesa. Objetiva conhecer as principais ameaças à Segurança Internacional e compreender a política externa brasileira, principalmente, as ações voltadas para a área comercial de defesa.

Em Gestão de Recursos de Defesa os estudos ressaltam a estrutura para a Defesa Nacional; o suporte jurídico para a contratação de Produtos de Defesa (PRODE); o orçamento para a Defesa; as áreas de interesse estratégico: defesa cibernética; Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SISGAAZ) e Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB); e Programas e Projetos Especiais (Plano de Articulação e Equipamento da Defesa - PAED).

A disciplina Desenvolvimento Nacional prevê temas sobre as perspectivas para a economia brasileira; ciência, tecnologia e inovação voltadas para a Defesa; a situação do planejamento governamental no Brasil; e programas relacionados com visitas a áreas específicas da Defesa.

A disciplina Base Industrial de Defesa visa conhecer a situação da indústria nacional de defesa; mostrar dificuldades, lições e estratégias desse ramo de negócio; e as oportunidades de negócio existentes nas Forças Armadas, particularmente, após o advento da PND, END e legislações correlatas. Avaliar e explorar casos de sucesso de empresas da BID nos temas relacionados com: inserção e conquista de mercado externo; contrapartida tecnológica /industrial e Offset; e desenvolvimento e inovação de produtos em parceria com os Centros Tecnológicos das Forças Armadas também se incluem.

O cronograma curricular do CGERD era distribuído por sete semanas. Em 2017, aumentou-se em uma semana para comportar melhor o conteúdo

programático. O curso tem uma carga horária total em torno de cento e sessenta horas, destinadas às atividades de estudo e atividades complementares.

O CGERD é conduzido por docentes integrantes do Corpo Permanente da ESG, responsáveis pelos estudos e pela orientação aos estagiários nas diversas atividades curriculares. Conta, também, com a participação de conferencistas convidados, pertencentes às áreas governamentais, acadêmicas e empresariais.

O método didático da ESG, para a realização do CGERD, configura-se em um sistema de estudos desenvolvido por intermédio de palestras, conferências e painéis.

A fim de complementar os conhecimentos adquiridos são realizadas visitas às regiões de São José dos Campos/SP e Sorocaba/SP, bem como, uma viagem de estudos ao Rio de Janeiro/RJ, compreendendo organizações de C&T das Forças Armadas e empresas da área de Defesa. Neste ano, de 2017, os estagiários puderam conhecer em São Paulo as seguintes instituições: Departamento de Ciência Tecnologia Aeroespacial, Parque Tecnológico de São José dos Campos, EMBRAER e a AVIBRÁS. No Rio de Janeiro, o Centro Tecnológico do Exército, a Itaguaí Construções Navais S.A. (PROSUB), o Instituto de Pesquisa da Marinha, o Centro de Gestão de Navegação Aérea e a Escola Superior de Guerra. Ao final de cada apresentação, os estagiários do CGERD aprofundam seus conhecimentos a partir de debates com os palestrantes.

A abordagem metodológica desenvolvida pela ESG propicia aos estagiários a aplicação prática dos conteúdos estudados em diversos níveis de complexidade, configurando-se como um sistema de estudos, pesquisas e atividades que requerem tanto desempenhos individuais como em grupo. Para tanto, técnicas de ensino específicas tornam as atividades mais produtivas e dinâmicas, de modo a favorecer a participação, a troca de experiências e o desenvolvimento dos estagiários.

Como aponta o Resumo Histórico do CGER (ESG, 2017b), desde seu início, o Curso caracteriza-se pela modernidade, baixo custo, objetividade e pragmatismo, que o torna mais atrativo. Como instrumento de formação de opinião, privilegia a amplitude das abordagens, abrindo caminho para aprofundamentos futuros. Para assim proceder, algumas características balizam

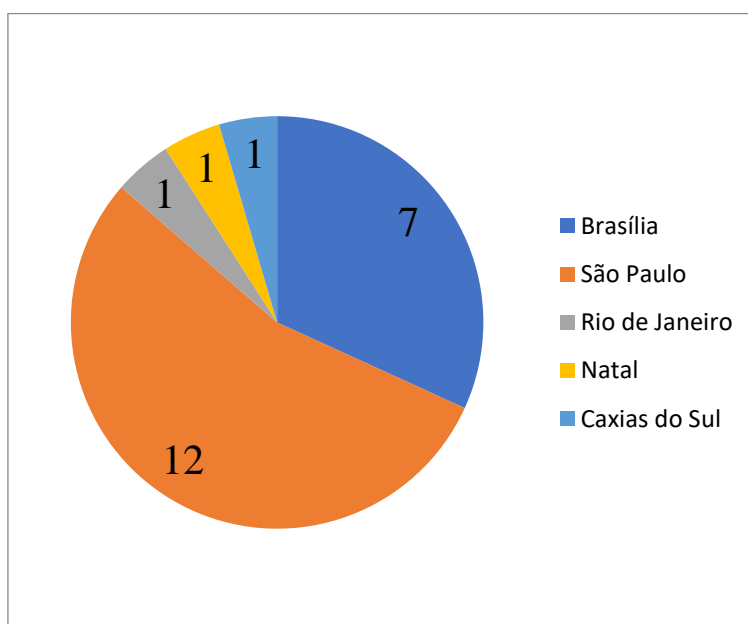
sua concepção: atendimento a público-alvo específico; manutenção do estagiário em suas atividades ocupacionais, sem acarretar-lhe prejuízos decorrentes de seu afastamento; realizado em meia jornada, fator facilitador para as instituições; curta duração; natureza temática, mantendo-se constante atualização; e o emprego de modernas técnicas didáticas, com estímulo à interação, priorizando a organização de painéis (ESG, 2017b).

O curso tem reconhecido valor para a sociedade, pois trata de temas pouco estudados e que tem contribuído, assim, para o avanço científico-tecnológico do país e na formação de recursos humanos do mais alto nível, particularmente, na área da Defesa Nacional. Sendo assim, urge a expansão deste curso para outras cidades e Estados, desde já, para um Brasil maior.

As turmas do CGERD são compostas em sua maioria por civis de diversas formações como: empresários, engenheiros, administradores, economistas, capelães, advogados, delegados e militares, particularmente de São Paulo, ligados a este setor.

Iniciado em 2003, até hoje, foram realizados 22 cursos distribuídos em diversos Estados, conforme gráfico 1, e diplomou até o ano de 2017, quase 900 estagiários. Vale ressaltar, que no período de 2006 à 2009, houve mais de um curso por ano.

Gráfico 1. Informações retiradas do Resumo Histórico do CGERD



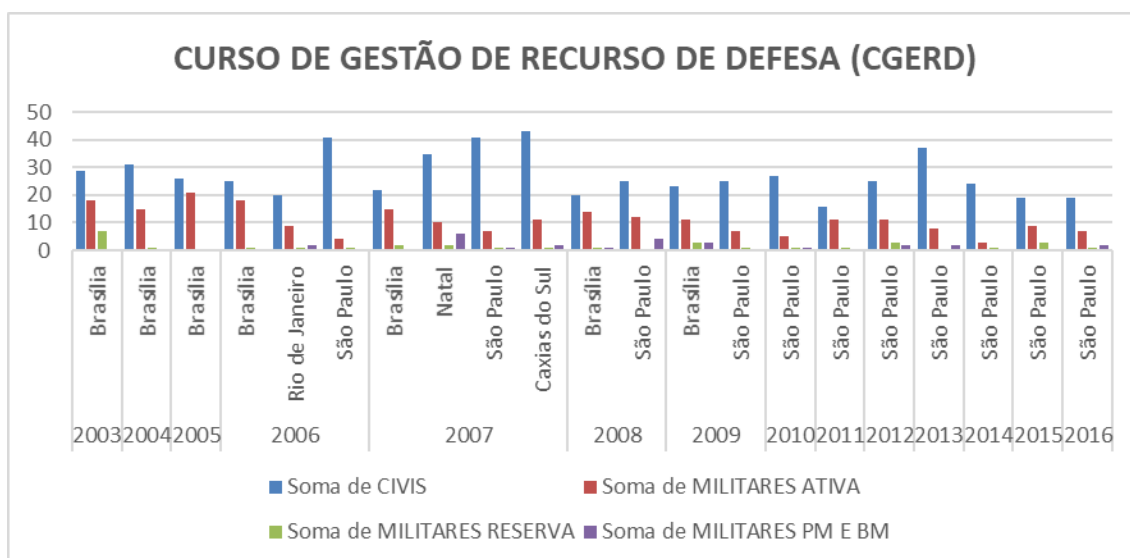
Fonte: ESG, 2017b.

Pode-se assim, perceber que a ESG tem proporcionado um crescente debate sobre a indústria nacional de defesa no país entre civis e militares e ao longo desses anos conseguiu criar um ambiente propício para estudos na área de gestão de recursos de defesa.

Tem sido percebido um real entusiasmo por parte dos estagiários que, por suas formações, normalmente ligadas a indústria de defesa apresentam suas exitosas experiências e elevam, ainda mais, o nível do conteúdo programático, o que é plenamente bem-vindo e desejado.

Percebe-se no gráfico abaixo uma nítida predominância na quantidade de estagiários civis desde sua primeira turma, que traduz na aproximação entre civis e militares. O que por si só representa um alinhamento da ESG com o posicionamento previsto na Política Nacional de Defesa (2016) que prevê: “[...] estimular o fundamental envolvimento de todos os segmentos da sociedade brasileira nos assuntos de defesa, para o desenvolvimento de uma cultura participativa e colaborativa de todos os cidadãos” (PND 2016, p. 12).

Gráfico 2 - Informações retiradas do Resumo Histórico do CGERD



Fonte: ESG, 2017b.

### Relações civis-militares

Os grandes teóricos clássicos nos estudos das relações civis-militares, Huntington (1957) e Janowitz (1967), apesar de discordarem em alguns pontos, acreditam que o meio mais eficaz para se ter uma profícua estabilização das

relações civis-militares é o fortalecimento da mentalidade de defesa e da preparação de profissionais civis de defesa.

Para Huntington as relações entre civis e militares são de grande importância para um Estado, pois a nação pode sofrer grandes crises caso ocorra um desequilíbrio entre essas relações. Este autor afirma:

O ordenamento das relações entre civis e militares é, por consequência, básico para a política de segurança militar de um país. Em nível institucional o objetivo dessa política é desenvolver um sistema de relação entre civis e militares que eleve ao máximo a segurança militar com sacrifício mínimo de outros valores sociais. A consecução desse objetivo envolve um complexo equilíbrio de poder e atitudes entre grupos militares e civis. Países que mantem um quadro adequadamente equilibrado de relação entre civis e militares desfrutam de grande vantagem na busca por segurança. São maiores suas probabilidades de obter respostas certas para questões operacionais de política militar. Países que não conseguem manter um quadro equilibrado de relação entre civis e militares desperdiçam recursos e correm riscos incalculáveis. (HUNTINGTON,1996. p. 20)

Eliézer Rizzo de Oliveira (2005) esclarece que o controle civil não significa a superioridade civil em decorrência da inferioridade militar, mas, pelo contrário, são níveis de responsabilidade complementares.

No Brasil, as questões ligadas à defesa e segurança nacionais tiveram bastantes ligadas aos militares. Os 21 anos de governo militar deixou lembranças em nossa sociedade que ainda segue com reservas em relação aos militares. Alsina Júnior (2009, p. 73) comenta: “É compreensível, portanto, que até o presente perdurem, de forma inercial, desconfianças de amplos setores da sociedade civil em relação ao estamento militar – mesmo depois de sua plena adesão aos preceitos da democracia implantada a partir de 1985.”

Oliveira (2005, p. 119) observa que: [...] “a criação do Ministério da Defesa é a mais importante reforma no campo da Defesa nacional na história republicana em condição de normalidade democrática”.

Uma obra que contribui para entender melhor essas questões é o de Vasconcellos (2016) intitulado A Sociedade Brasileira e a defesa nacional: uma aproximação após a criação do Ministério da Defesa, no qual conclui que nesses quase vinte anos de existência do MD, o trato com os assuntos da Defesa Nacional, entre civis e militares, mudou. Constata que a sociedade embora,

inicialmente distante, hoje se aproxima e se inclui nos diversos espaços onde se discutem a Defesa Nacional.

Em 2010, em ato primeiro na história da Defesa, foi assinada a Lei Complementar 136, da Presidência da República, incluindo o Congresso Nacional nas deliberações dos assuntos de defesa. Em seu Art. 9º, § 3º; diz o texto:

O Poder Executivo encaminhará à apreciação do Congresso Nacional, na primeira metade da sessão legislativa ordinária, de 4 (quatro) em 4 (quatro) anos, a partir do ano de 2012, com as devidas atualizações:

I - a Política de Defesa Nacional;

II - a Estratégia Nacional de Defesa;

III - o Livro Branco de Defesa Nacional. (BRASIL,2010)

Estavam o Congresso Nacional e seus políticos, definitivamente, ligados a aprovação da documentação relativa às questões da Defesa Nacional, como cita Vasconcellos (2016).

Contudo, Alsina Junior (2009) lembra da falta de conhecimento institucional e técnico por parte dos parlamentares que pouco podem se movimentar em direção à formulação de políticas de defesa, dificultando o almejado diálogo entre civis e militares.

Do mesmo modo, o MD não encontra facilidades em conduzir as questões atinentes à Defesa Nacional devido ao nível de conhecimento demonstrado pelos governantes, congressistas e a sociedade sobre o assunto.

Porém, algumas ações prósperas vêm sendo tomadas. O Programa de apoio ao ensino e à pesquisa científica e tecnológica em defesa nacional (Pró-Defesa) criado em 2005, dirige-se a instituições públicas e privadas brasileiras que possuam, em seus programas de pós-graduação *stricto sensu*, reconhecidos pelo Ministério da Educação (MEC), área(s) de concentração ou linha(s) de pesquisa em Defesa Nacional. Tem o objetivo de implantar redes de cooperação acadêmica no país na área de Defesa Nacional, possibilitando a produção de pesquisas científicas e tecnológicas e a formação de recursos humanos pós-graduados no tema. (CAPES, 2014).

Como prevê o MD, até o presente momento, o pró-defesa diplomou 8 pós-doutores, 58 doutores e 156 mestres, em assuntos de interesse da defesa. Com a finalização em novembro/dezembro de 2018 da terceira edição do programa,



o resultado geral, desde a primeira edição, deverá alcançar a diplomação de pelo menos 19 pós-doutores, 93 doutores e 213 mestres. (BRASIL,2017).

Concomitantemente aos esforços do Pró-Defesa, a END 2008 representou uma conquista para esses futuros profissionais por prever a carreira civil de Defesa Nacional. Contudo, como declarou o ministro Jungmann, o momento não é oportuno para esta carreira ser efetivada:

[...] a proposta foi submetida ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão em 2010, órgão competente para análise. Em fevereiro de 2015, a proposta foi restituída ao Ministério da Defesa para reavaliação, tendo em vista o início de um novo mandato presidencial. Portanto, não se tornou Projeto de Lei, uma vez que não chegou ao Congresso Nacional. Desde então, diante da crise econômica do País, o MD tem avaliado o momento oportuno para reapresentação da proposta, considerando que a criação da carreira gerará aumento de despesa (JUNGMANN, 2017).

Por outro lado, o Ministro da Defesa ressalta a importância da referida carreira: “a carreira terá perfil estratégico, possibilitando aos civis participarem da formulação de políticas e programas na área de Defesa Nacional. Nesse sentido, representa um ganho significativo para o desenvolvimento das atividades institucionais do MD” (JUNGMANN, 2017).

O Ministro ainda esclarece quanto a força de trabalho do MD:

Atualmente, a força de trabalho civil do MD é composta basicamente por requisitados de outros órgãos e cargos comissionados. Pela proposta, a Carreira de Defesa Nacional será composta de 300 cargos de Analista de Defesa Nacional, de nível superior, a serem providos gradualmente no decorrer dos anos, por meio de concurso público (JUNGMANN, 2017).

O quadro demonstrativo da força de trabalho da administração central do MD nos mostra o quantitativo de 474 civis e 877 militares. Num olhar apurado pode-se perceber que o maior percentual dos militares - 45,4% está lotado no Estado Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA) e dos civis - 40,3% está na Secretaria de Organização Institucional (SEORI). O que corresponde a uma explicação funcional lógica. A menor utilização percentual dos civis é na Secretaria de Controle Interno (CISSET) com 3,6% e dos militares na Consultoria Jurídica junto ao Ministério da Defesa (CONJUR) com 0,3%.

A quantidade quase duplicada dos militares (877) em relação aos civis (474) pode representar a ausência da carreira de analista de Defesa. Pretensão a ser perseguida por Jungmann até o final de sua gestão, como previu em seu

anúncio sobre a nova estrutura regimental da Defesa: “o último passo na consolidação estrutural definitiva do Ministério da Defesa será a criação da carreira civil de Analista de Defesa, que espero ver implementada ao final de minha gestão” (BRASIL, 2016).

Em relação ao quadro de servidores efetivos do MD, o analista de defesa, de certa forma, garantiria maior continuidade às políticas e aos projetos em andamento, dada a rotatividade que ocorre com os militares.

O País ainda situa a Defesa Nacional em patamar aquém do devido. Toda a sociedade, aí incluídos os políticos com o Congresso Nacional, a academia, a diplomacia brasileira deveria se mobilizar, com maior afinco, nesse sentido.

## **Conclusão**

Apesar dos esforços no avanço do ensino de defesa, a participação de civis nesses assuntos ainda não é plena. A criação da carreira de Analista de Defesa mostra-se necessária e devida para o melhor envolvimento da sociedade nos assuntos de defesa bem como para o estreitamento das relações civis-militares.

A ESG tem contribuído sobremaneira para o avanço do ensino de defesa no país. Os cursos oferecidos, desde sua criação, comprovam o quanto a ESG está preocupada com a maior participação da sociedade nos assuntos de defesa, conforme previsto nos documentos de Defesa, quais sejam: Política e Estratégia Nacionais de Defesa.

Cabe ressaltar, por um dever de justiça, o importante papel da FIESP, que sempre se mostrou engajada em, a cada ano, desenvolver, incentivar e aprimorar a Base Industrial de Defesa do país. Além disso, prima pela excelência no trato dos assuntos de defesa, particularmente pelo COMDEFESA, que desde 2006, em parceria com a ESG, propicia a sociedade o Curso de Gestão de Recursos de Defesa que está em sua 12<sup>o</sup> edição.

Este curso, foco maior deste trabalho, vimos com especial atenção o quanto pode contribuir ao desenvolvimento do Estado, particularmente, com a Base Industrial de Defesa (BID).

Outro ponto importante, digno de nota, é o elevado nível acadêmico-profissional dos estagiários que compõem as turmas do CGERD. Não é rara a constatação que alguns estagiários participaram na construção dos protótipos e/

ou no desenvolvimento de vários produtos de defesa apresentados durante as visitas do Curso.

Neste sentido, o resultado desta sinergia entre estagiários e conferencistas ao longo do curso pode redundar em resultados profícuos para a Base Industrial de Defesa (BID), para a FIESP, ESG e ao país.

Este artigo tem a ousadia de apresentar não só para o Polo de Defesa e Segurança de Santa Maria como também a todos os participantes do III SEMINDE interessados na possibilidade da realização do referido curso. Acreditamos ser este o melhor local e momento para fazer a necessária divulgação, uma vez que este evento tem claro intuito de reunir acadêmicos, pesquisadores e estudiosos civis e militares, interessados nas temáticas de segurança e defesa.

### **Referências Bibliográficas**

ALSINA JÚNIOR, João Paulo Soares. *Política externa e poder militar no Brasil: universos paralelos*. Série Entenda o Mundo. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009

ARRUDA, Antônio de. *ESG: História de sua Doutrina*. São Paulo: GRD, 1983

BRASIL. Lei n. 785, de 20 de agosto de 1949. *Cria a Escola Superior de Guerra e dá outras providências*. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1949

\_\_\_\_\_. *Lei Complementar Nº 136*, de 25 de agosto de 2010. Altera a Lei Complementar no 97, de 9 de junho de 1999, que “dispõe sobre as normas gerais para a organização, o preparo e o emprego das Forças Armadas”, para criar o Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas e disciplinar as atribuições do Ministro de Estado da Defesa. Brasília, DF, 2010

. \_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. *Jungmann anuncia nova estrutura regimental da Defesa*. Brasília: Ministério da Defesa, 2016. Disponível em <http://www.defesa.gov.br/noticias/23923-jungmann-anuncia-nova-estrutura-regimental-da-defesa> . Acesso em: 20 out. 2017.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. *Estratégia Nacional de Defesa*. Brasília, DF, 2012.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Brasília, DF, 2016.

\_\_\_\_\_. Ministério da Defesa. *Política Nacional de Defesa*. Brasília, DF, 2012.

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Brasília, DF, 2016.

\_\_\_\_\_ Ministério da Defesa. *Memento nº 77*. Brasília: Ministério da Defesa: Departamento de Organização e Legislação, 2017

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. *Aprova a Estratégia Nacional de Defesa*, e dá outras providências. Brasília, 2008. Disponível: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6703.htm)>. Acesso em: 20 out. 2017.

CAPES. *Site Pró-Defesa*, 2014. Disponível em:

<http://www.capes.gov.br/bolsas/programas-especiais/pro-defesa> Acesso em: 20 out. 2017

COMBLIN, Joseph. *A ideologia da segurança nacional: o poder militar na América Latina*. 3 ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1980.

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (Brasil). *Almanaque dos Diplomados da Escola Superior de Guerra*. Rio de Janeiro, 1999

\_\_\_\_\_. *Currículo – Curso de Gestão de Recursos de Defesa*. Rio de Janeiro, 2003

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 2004

\_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. \_\_\_\_\_. Rio de Janeiro, 2017<sup>a</sup>

\_\_\_\_\_. *Plano Estratégico Organizacional (2016-2019)*. Rio de Janeiro, 2015.

\_\_\_\_\_. *Resumo histórico do Curso* – CGERD. Rio de Janeiro, 2017b

Acesso em: 20 out. 2017 Disponível em:

<http://www.esg.br/index.php/br/cursos/cursos-regulares?id=174>

\_\_\_\_\_. *Site ESG*. 2017c. Disponível em <http://www.esg.br/index.php/br/>

Acesso em: 20 de out.2017

FARIAS, Cordeiro. *Palestra sobre a organização da Escola Superior de Guerra*. ESG, 1949. In: REVISTA DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA. Rio de Janeiro, v. 20, n. 42 jan./ dez. 2003

FONSECA, Delso. *Mobilização Industrial*. Rio de Janeiro: ESG, 1951. (A-004-1951)

FÓRUM ROBERTO SIMONSEN. *Estatuto*. São Paulo: Centro e Federação das Indústrias do Estado de São Paulo, 1959

HUNTINGTON, Samuel. *O soldado e o Estado: teoria e política das Relações entre Civis e Militares*. Rio de Janeiro, BIBLIEX, 1996.

JANOWITZ, Morris. *O soldado profissional: um estudo social e político*. Rio de Janeiro: Edições GRD, 1967.

GOMES, Luiza das Neves. *Mobilização industrial: contribuição da escola superior de guerra para o desenvolvimento da indústria bélica brasileira (1950-1960)*, Santa Catarina, Anais IX Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa (ENABED), 2016. Disponível em [http://www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1466472864\\_ARQUIVO\\_artigoMOBILIZACAOINDUSTRIAL.pdf](http://www.enabed2016.abedef.org/resources/anais/3/1466472864_ARQUIVO_artigoMOBILIZACAOINDUSTRIAL.pdf) Acesso em: 20 de out. 2017

JUNGMANN, Raul. *Defesa, desenvolvimento e sociedade*. Revista Aerovisão. Entrevistador: VECHIA, Gabrielli Dala.. Entrevista concedida a Revista Aerovisão. Edição 251, (Jan/Fev/Mar 2017). Disponível em < <http://www.defesa.gov.br/component/content/article/171-menu-superior/area->

de-imprensa/artigos-e-entrevistas-do-ministro/29168-defesa-desenvolvimento-e-sociedade>. Acesso em: 20 out. 2017

OLIVEIRA, Eliézer Rizzo. *Democracia e Defesa Nacional*. A criação do Ministério da Defesa na Presidência de FHC. Barueri, SP: Manole, 2005.

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO. Parceria entre ESG e FIESP. 2006

SANTOS, Jorge Calvário dos (org.). *Excursos Contemporâneos: Abordagem de Temas Pertinentes à Sociedade e sua Defesa*, Editora Prisma, Curitiba, PR, 2017.

SILBERFELD, Jean-Claude Eduardo. *O Grupo Permanente de Mobilização Industrial da FIESP: 1964-1967*. Dissertação (Mestrado em História) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1984.

TÁVORA, Juarez. *A Segurança nacional e a ESG*. Rio de Janeiro: ESG, 1954. (C-01- 54)

VASCONCELLOS, Carlos Antonio Raposo de. *A Sociedade Brasileira e a defesa nacional: uma aproximação após a criação do Ministério da Defesa*. In: MOTTA; SCHMITT; VASCONCELLOS (org.). *Desafios Gerenciais em Defesa*. FGV editora. Rio de Janeiro, 2016.